



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Controladoria-Geral da União
Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção

ATA DA 15ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

LOCAL: Auditório do Edifício Sede da CGU	DATA: 08 de julho de 2013.
---	-----------------------------------

Participantes: Jorge Hage, Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União, Presidente do Conselho, que presidiu a reunião; Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Secretário-Executivo do Conselho; Jânio Castanheira, Chefe da Assessoria Especial de Gestão de Projetos; Francisco Waldir Pires, representante da Sociedade Civil; Luiz Alberto dos Santos, representante da Casa Civil da Presidência da República; Guilherme Costa Delgado, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Cláudio Weber Abramo, representante da Transparência Brasil; Fabiana Vieira Lima, representante do Ministério da Fazenda; Mauro de Azevedo Menezes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Caio Luiz Carneiro Magri, representante do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; Edison Franklin Almeida, representante suplente do Tribunal de Contas da União; Adriana de Carvalho Barbosa Barreto, representante suplente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; Marcello Alencar de Araújo, representante da Comissão de Ética Pública da Presidência da República; Rodrigo Bovo Soares, representante suplente do Ministério das Relações Exteriores; Ronaldo Alves Nogueira, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Victor Martins Pimenta, representante do Ministério da Justiça.

Conselheiros ausentes: Pablo Silva Cesário, representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, representante do Ministério Público da União; Tarcísio Holanda, representante da Associação Brasileira de Imprensa; Francisco Canindé Pegado, representante da União Geral dos Trabalhadores; Othoniel Gonçalves, representante das Igrejas Evangélicas; e André Luiz de Almeida Mendonça, representante da Advocacia Geral da União. Apresentaram justificativas para a impossibilidade de comparecimento dos titulares e suplentes, a AGU e o MPU.

I. ABERTURA

Ministro Jorge Hage - saudou a presença de todos e comunicou a designação dos novos Conselheiros representantes do Ministério das Relações Exteriores; das Igrejas Evangélicas; do Tribunal de Contas da União; do Ministério da Justiça; do Ministério Público da União; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e da Comissão de Ética Pública. Passando para o item 2 da Pauta, colocou em votação a Ata da 14ª Reunião e, não havendo manifestação contrária a seus termos, considerou-a aprovada e passou-se ao item 3 da Pauta.

II. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

3. Informes da Controladoria-Geral da União

Ministro Jorge Hage - falou aos Senhores Conselheiros sobre dados quantitativos do balanço referente à implementação da Lei de Acesso à Informação - maio/2012 - considerados mais relevantes, salientando o sucesso alcançado no âmbito da esfera federal, e que a CGU já começa a se preparar para oferecer apoio às outras esferas federativas, estados e municípios. Comentou alguns números alcançados no que tange a solicitações, tempo de resposta e que o percentual de recursos não ultrapassa a 6%, o que é considerado muito positivo. Citou que os principais órgãos demandados são: SUSEP, INSS, BACEN, CEF, MF, MEC, MTB, MPOG, MS e IBAMA; e que as maiores negativas foram referentes aos dados pessoais de terceiros, informações sigilosas e/ou classificadas. Além disso, destacou os objetos da Transparência Ativa em diversos órgãos: **Banco Central** – divulgação dos votos do COPOM; **Ministério da Defesa** – enviou ao Arquivo Nacional documentos produzidos pelo extinto Estado Maior das Forças Armadas; **Arquivo Nacional** – ampliou espontaneamente a transparência sobre documentos da época da ditadura; **MPOG** – passou a divulgar informações sobre os imóveis funcionais e os concursos públicos de interesse geral; **Ministério das Comunicações** – passou a divulgar lista das sanções aplicadas às emissoras de rádio e TV e outros indicadores dessas concessões de rádios e TV e outras iniciativas; **Comando da Aeronáutica** – utilização dos aviões da FAB por autoridades; **Itamaraty** – houve um pedido ao Itamaraty de todas as diárias pagas aos servidores em viagens oficiais a partir de Brasília ou entrepostos no exterior, de 2003 a 2012, e estágios de todas as passagens e diárias em hotéis nacionais e internacionais dos últimos 5 anos. Disse que no primeiro instante houve dificuldade, mas que em seguida o Ministério encaminhou ao solicitante uma planilha com todas as informações colocando, ainda, os processos individuais à disposição do solicitante. Disse, também, que esses e outros casos têm sido registrados, mostrando que a administração pública federal rapidamente está começando a alterar uma cultura de 500 anos. Passou a palavra ao Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, Sérgio Seabra, para fazer a apresentação do Programa Brasil Transparente, com o qual a CGU pretende oferecer apoio, assistência técnica, capacitação e ofertar os sistemas tecnológicos para ampliação da transparência pública. Sérgio Seabra fez a exposição do referido Programa, lançado em fevereiro de 2013, para apoiar os Estados e Municípios na implementação da Lei de Acesso à Informação e juntar esforços no incremento da transparência pública e na adoção de medidas de governo aberto. Informou que até o momento já contava com 728 adesões, cuja maioria é composta por municípios com menos 50 mil habitantes. Falou sobre a implementação do curso de capacitação que aborda vários aspectos da lei, na modalidade presencial, já tendo sido realizados eventos em vários municípios, propiciando treinamento para 2.078 servidores estaduais e municipais; e à distância (EAD), concluída recentemente, cuja disponibilização está prevista para o mês de setembro. Encerrando a apresentação, complementou que o número de adesões vêm aumentando a cada dia. O Ministro Jorge Hage passou a palavra ao Sr. Carlos Higino, Secretário-Executivo, para falar sobre a implementação da Lei de Conflito de Interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, recentemente sancionada.

Carlos Higino - cumprimentando a todos, fez um breve relato sobre a implementação da nova Lei de Conflito de Interesses e ressaltou que a referida Lei ampliou a questão da quarentena, passando-a de 4 para 6 meses, e que, além disso, submeteu todos os agentes públicos (servidores e empregados) a regras e definiu situações mais específicas de conflito de interesses. Relembrou que a Lei já está em vigor, mas que ainda necessita de decreto para sua regulamentação. A providência de curto prazo que já está sendo feita pela CGU e o MPOG é uma regulamentação de como os servidores encaminharão seus pedidos de dúvidas sobre conflito de interesses e solicitações para exercício de atividade privada. O referido ato deverá ser editado mediante portaria conjunta da CGU e MPOG. Abordou, ainda, a pedido do Conselheiro Caio Magri, questão da responsabilização da pessoa jurídica, lembrando que o Projeto de Lei que trata desse assunto foi aprovado no Senado Federal e

está apenas aguardando sanção. Realçou que esse é um dos grandes avanços em relação à transparência e que o projeto traz em seu bojo a ideia de prevenção a acontecimentos de conflitos. A seguir, o Ministro Jorge Hage franqueou a palavra aos Conselheiros, manifestando-se o Sr. Caio Magri.

Caio Magri – sugeriu ao Conselho que incluísse na pauta um balanço da aprovação do status de crime hediondo para crimes de corrupção. Em relação à aprovação do marco regulatório que responsabiliza pessoas jurídicas em atos de suborno, dentro ou fora do país, sugeriu que seja submetida à Sra. Presidenta da República moção no sentido de que a sanção do referido Projeto de Lei seja feita em ato público solene, para o qual sejam convidados, além do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, o Comitê Pró Ética, lideranças do Congresso Nacional e entidades representativas da sociedade civil, que atuaram em defesa de sua aprovação.

Ministro Jorge Hage – submeteu a sugestão aos demais Conselheiros que a aprovaram, por unanimidade, como proposta do Conselho a ser levada à Presidência da República.

Luiz Alberto dos Santos – destacou a relevância da aprovação, em curto espaço de tempo, de três instrumentos legais de grande importância para a transparência e o combate à corrupção: a Lei de Acesso à Informação, a Lei de Conflito de Interesses e o Projeto de Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica. Sugeriu a disponibilização de relatório consolidado, em formato PDF, sobre a Lei de Acesso à Informação, pela CGU, a exemplo do que fez a Câmara dos Deputados.

Ministro Jorge Hage – franqueou a palavra e, não havendo manifestação, passou ao item 4 da Pauta.

4. Prosseguimento da discussão sobre a proposta da Transparência Brasil

Ministro Jorge Hage – convidou o Conselheiro Cláudio Abramo para introduzir o assunto.

Cláudio Abramo – lembrou que a proposta foi apresentada na 14ª Reunião e expôs o assunto, esclarecendo tratar-se de uma formulação de Emenda à Constituição Federal, que limite drasticamente a capacidade que os detentores de cargos de responsabilidade têm de nomear pessoas para ocupar cargos comissionados, nos três poderes e nas três esferas de governo, a fim de limitar as indicações políticas. Destacou a predominância desse tipo de indicação sobre a meritocracia na Administração Pública e que tal prática é responsável pelo loteamento do Estado, causando um efeito danoso e a ineficiência da máquina pública. Após, a proposta foi amplamente debatida pelos representantes e sugerida a formação de Grupo de Trabalho para tratar do assunto.

Waldir Pires – discorreu sobre a evolução da história política do país lembrando que a democracia não é apenas um governo de liberdades, mas um governo de liberdades, de afirmação e de intransigência sobre as necessidades de cada ser humano, conclamando para que se continue avançando na busca pelo combate à corrupção e no fortalecimento do controle e da transparência pública.

Ministro Jorge Hage - fez uma leitura contextualizada da proposta da Transparência Brasil e afirmou que se trata, na verdade, de diagnóstico dos problemas causados pelo alto índice de cargos comissionados no serviço público. Explicou que a proposta, em tese, lança a ideia para que seja elaborado PEC que limite a prerrogativa de se nomear livremente pessoas para exercer funções na administração pública dos órgãos dos três poderes e das três esferas. Para que haja respaldo político dentro do governo, sugeriu a elaboração de proposta, a partir do que já existe encaminhado, juntamente com órgãos governamentais – diretamente envolvidos na matéria – Casa Civil,

Ministério do Planejamento, CGU, Ministério da Justiça e AGU para formular alguma proposição e tentar um possível encaminhamento.

Adriana Barreto – concordou com o diagnóstico da Transparência Brasil e se dispôs a participar dos estudos nesse sentido. A seguir, pediu licença para se retirar da reunião para atender a compromissos assumidos anteriormente.

Luiz Alberto dos Santos – demonstrou preocupação com o tema e ressaltou que ao longo de sua experiência profissional, sempre se mostrou favorável à profissionalização dos servidores públicos. Destacou a proposta do Deputado Miro Teixeira, em andamento no Congresso Nacional, que dispõe sobre a destinação de 50% dos cargos comissionados aos servidores efetivos, num limite de 20% da força de trabalho efetiva num determinado ente da Federação. Falou dos entraves à ampliação dessas medidas para as demais esferas de governo, em função de dificuldades constitucionais e complexidade da matéria. Disse que é extremamente difícil estabelecer regras gerais na nossa Constituição que atendam ao conjunto dos entes da Federação e às suas particularidades. Acredita que o caminho seja começar pela própria profissionalização dos servidores, com planos de carreiras e estruturas democráticas apropriadas às suas necessidades e à complexidade dos seus respectivos governos. Por isso, considera importante avançar por meio de Grupo de Trabalho.

Ronaldo Nogueira – cumprimentou os presentes e reafirmou a parceria entre o MPOG e a CGU no sentido de promover a transparência, com destaque para a transparência ativa. Citou duas iniciativas importantes do MPOG: o portal *dados.gov.br* - que disponibiliza informações do governo em formato aberto, viabilizando trabalhos de pesquisa - e o “Orçamento Federal ao Alcance de Todos” - uma publicação lançada naquele dia com o objetivo de traduzir para a população em geral o orçamento público de maneira transparente. Contou que foi lançada, no site do MPOG, uma pesquisa de opinião para que a população pudesse avaliar o documento e permitir que a versão 2014 seja aperfeiçoada. Lembrou ainda que o “Orçamento Cidadão” era uma demanda antiga do então ministro Waldir Pires, que desde 2003, exigia que os órgãos facilitassem o texto e a leitura de seus orçamentos de forma mais compreensível aos cidadãos. Em relação ao projeto de limitação de nomeação de cargos em comissão dos servidores com vínculo, o Ministério do Planejamento é responsável por acompanhar o limite de 75% de nomeações no âmbito do Governo Federal, conforme o decreto que limita tais nomeações. Colocou-se à disposição para colaborar com o Grupo de Trabalho como subsídio de diagnóstico de como foi a implementação dessa limitação no âmbito do Poder Executivo Federal.

Ministro Jorge Hage – lembrou que a proposta de Cláudio Abramo não se refere especificamente à limitação quanto a indicações de não servidores ou servidores, é mais ampla e não se restringe a essa questão percentual de servidores e de pessoas sem vínculo, trata-se de limitação em termos mais amplos e não apenas limitação a quem já é servidor.

Ronaldo Nogueira – confirmou o entendimento da proposta da Transparência Brasil, destacando a preocupação em evitar a descontinuidade de políticas públicas.

Waldir Pires – manifestou apoio à proposta apresentada pelo representante da Casa Civil. Defendeu a reestruturação de algumas carreiras importantíssimas de todos os estados e de todos os municípios, como a dos professores e dos médicos. E, ainda, mencionou ser essencial profissionalizar as carreiras de Finanças na Administração Pública.

Cláudio Abramo – falou das disparidades entre diversas carreiras de Estado e ainda frisou que essas diferenças são ainda maiores se a comparação for feita entre as esferas federal, estadual e municipal. Parece ser essencial que uma medida nessa direção se dê com a abrangência proposta, ou seja, para os três poderes e as três esferas.

Ministro Jorge Hage – antes de consultar o plenário sobre a posição em relação ao Grupo de Trabalho sugerido pelo Conselheiro Luiz Alberto, passou a palavra ao Secretário-Executivo, Carlos Higino para fazer algumas considerações.

Carlos Higino – relembrou os problemas vivenciados à frente de Secretaria de Estado no Governo do Distrito Federal por se tratar de ente da Federação que reúne características tanto de Estado, quanto de Município. Falou das dificuldades na ocupação de cargos e, ainda, da falta de profissionalização no serviço público. Entende a necessidade da alta cúpula do governo ser ocupada por pessoas de fora para viabilizar a implementação do projeto político aprovado nas eleições. Concordou com a possibilidade de reduzir ou transformar cargos comissionados em funções comissionadas, mediante a capacitação dos servidores para sua ocupação. Mas, salientou a complexidade do problema, que precisa ser trabalhado em várias frentes como sugerido, anteriormente, pelo Conselheiro Luiz Alberto dos Santos. Acredita que não existe medida única capaz de sanar as questões levantadas. Destacou, no entanto, que evidências empíricas comprovam um melhor desempenho nas carreiras de Estado mais bem estruturadas, nas quais existem menos indicações políticas e mais servidores efetivos. Ressaltou que um estudo recente, elaborado por um pesquisador brasileiro e dois norte-americanos, apontou a Controladoria-Geral da União como órgão de maior autonomia no Poder Executivo Federal. E que, no mix entre autonomia e capacidade, a CGU apresentou alto grau de profissionalização e menor inclusão de pessoas de fora. Lembrou que, além da CGU, a pesquisa também apontou a CAPES, Polícia Federal e o MRE como órgãos com o maior perfil de servidores de Estado. Finalizou dizendo que um dos aspectos relevantes é a diminuição absoluta dos cargos comissionados e que é indispensável obedecer requisitos e rotatividade de ocupação de cargos para que se possa diminuir significativamente a margem de utilização política desses cargos.

Mauro Menezes – Manifestou o interesse da OAB em participar dos debates sobre o tema, associando-o ao foco da reforma política. Elogia a iniciativa da Transparência Brasil, acrescentando que o GT, além das matérias apresentadas na proposta em questão, deve ampliar o leque no sentido de pensar na noção de profissionalização do serviço público. É preciso dimensionar a reestruturação das carreiras, e menciona que é conveniente trabalhar a noção de requisitos de ocupação porque a ideia pura e simples do corte do quantitativo dos cargos de confiança sem estar relacionado com uma noção sistemática da promoção da transparência, do combate à corrupção, da ética pública, do acesso a informação, pode converter o que é uma proposta bastante elogiável em algo que se torne um apêndice ou algo desestruturado. Mencionou, ainda, a necessidade de trabalhar o aspecto do enraizamento cultural das práticas políticas e do próprio exercício das funções públicas.

Guilherme Delgado - disse que o assunto em questão parece convergir a um ponto que acha muito importante que é o de dar respostas à população naqueles pontos mais sensíveis à perda de qualidade dos serviços públicos, tais como: educação, saúde, previdência e assistência social, ou seja, o conjunto das políticas sociais que têm uma massividade de prestação de serviços e é isso que, de certa forma, está funcionando pior. Citou, ainda, que uma das demandas claras da campanha da fraternidade do ano de 2012, foi a carreira da área de saúde e salientou a importância do fortalecimento das carreiras de atendimento social.

Caio Magri – lembrou que o assunto já havia sido abordado em reunião anterior e disse que acredita ser esta uma grande oportunidade para o Conselho consultar, trabalhar e construir um conjunto de recomendações e propostas. Falou sobre financiamento de campanhas e ponderou a respeito da direção a ser tomada pelas carreiras que poderão ser formadas, manifestando o interesse do Instituto Ethos de participar do Grupo de Trabalho.

Jorge Hage – consultou os Conselheiros sobre a participação no Grupo de Trabalho lembrando que esta não deve ser entendida como a única forma de participação no assunto, e que o Grupo vai se

dedicar a um trabalho operacional buscando formular uma proposta e pediu que se manifestassem somente os membros que efetivamente pudessem participar.

Cláudio Abramo – sugeriu que o Grupo de Trabalho ficasse restrito à CGU, Casa Civil e MPOG e preferencialmente que seja composto por membros que já conhecem o assunto. Que esses trabalhos sejam apresentadas ao Conselho somente após a execução da tarefa, em função da grande dificuldade de se tratar do tema dentro do Governo, ficando a decisão a esse respeito para o plenário.

Waldir Pires – manifestou seu entendimento de que o trabalho deve ser desenvolvido em duas etapas, lembrando que o enfoque predominante deve ser na linha da profissionalização competente e que é preciso que a Administração seja mais eficiente. Sugeriu que após a formulação da proposta do Grupo de Trabalho, o Ministro convoque nova reunião do Conselho para apreciação.

Ministro Jorge Hage - explicou que a ideia inicial era pensar na constituição de um grupo menor para elaborar uma primeira proposta para discussão do assunto no âmbito do Conselho, o qual seria composto pela Casa Civil, MPOG e CGU, sob a coordenação da Casa Civil na pessoa do Dr. Luiz Alberto.

Luiz Alberto – pediu a palavra, lembrando que o referido assunto se encontra estritamente nas competências do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG/SEGEF), sugerindo, portanto, que os trabalhos fossem conduzidos pelo referido órgão.

Ministro Jorge Hage - desta forma, sugeriu, então, que o Grupo fosse constituído, e que em sua primeira reunião debatesse sobre quem o coordenaria, elaborando uma proposta de trabalho com cronograma e prazo, para ser apresentada ao Conselho de Transparência. A seguir, ficou constituído o Grupo de Trabalho e passou-se ao item 5 da Pauta.

5. Apresentação e discussão de eventuais propostas dos senhores Conselheiros

Cláudio Abramo – menciona que o Governo deveria colocar-se a favor da emenda Peluso junto ao Congresso Nacional, a qual estabelece o final do processo após duas decisões judiciais, buscando dar maior celeridade à prestação jurisdicional (PEC dos Recursos); e a outra é a da regulamentação do *lobby*, que está no Congresso há tempos.

Ministro Jorge Hage – falou sobre a emenda Peluso, esclarecendo tratar-se da PEC nº 15/2011, a qual visa permitir a execução de sentenças judiciais após a decisão em segunda instância e não apenas após todos os recursos possíveis já terem sido negados. Mencionou que ainda não há uma decisão consensual do governo em torno dela. Disse, também, que se o Conselho quiser aprovar uma manifestação de apoio ao Membro, essa será encaminhada aos escalões próprios de governo. Com referência à regulamentação do *lobby*, lembrou que a CGU já promoveu seminários nacionais e internacionais para debater o tema, porém não há consenso dentro do Poder Executivo. Por isso não houve ainda nenhuma atuação do governo por meio de seus órgãos de coordenação política – Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais e Ministério da Justiça. Lembrou que referente ao *lobby* existem vários projetos, inclusive um mais moderno e atual que é do Deputado Zarattini.

Luiz Alberto – falou sobre o atual andamento do projeto do Deputado Zarattini, informando que se encontra em trâmite na CCJ/CD e já conta com parecer do Relator pela aprovação do substitutivo, e que o Presidente da Comissão manifestou disposição em pautar o assunto.

Victor Pimenta – comentou o momento político do país e os movimentos sociais que expressam, de certa forma, uma indignação dirigida à classe política e à gestão pública. Manifestou preocupação no sentido de que o Grupo de Trabalho, ora proposto, também não obtenha sucesso, como ocorreu com o anterior criado com a mesma finalidade. Quando à proposta da Transparência Brasil, colocou-se à disposição para participar. Acrescentou que algumas questões relativas à “Reforma Política” não podem passar ao largo do Conselho e que, talvez, o “Financiamento de Campanha” seja um tema sobre o qual o Conselho possa se manifestar. Abordou a questão das “doações ocultas”, em que os financiadores e as empresas destinam dinheiro aos partidos para ser repassado aos candidatos, o que gera uma situação de déficit de transparência eleitoral, sendo este um ponto sobre o qual o Conselho poderia atuar, por meio de projeto de lei ou ato normativo, para corrigir as distorções. Falou, também, que sobre o financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas, destacando que, mesmo permitido por lei, não seria uma boa prática democrática. Sugeriu a inclusão do tema “Financiamentos de Campanha” na pauta da próxima reunião do Conselho, se o referido assunto estiver contido nas atribuições do colegiado.

Ministro Jorge Hage – falou que sua posição quanto ao tema “Financiamentos de Campanha” é conhecida e que é um dos que defende o financiamento público, mas não necessariamente exclusivo, por entender que em termos de uma solução negociada, é possível combinar o financiamento público com o financiamento por pessoas físicas limitado a tetos realmente modestos, individuais e de contribuições menores, mas que é inteiramente contrário ao financiamento empresarial que é o que hoje domina as campanhas dos partidos no Brasil e que não tem a menor dúvida que esse tema cai plenamente dentro das atribuições do Conselho, porque esta é uma questão que está na raiz da maior parte da corrupção. Em razão do tempo e por parecer oportuno se o Conselho quiser discutir o assunto, constar na agenda da próxima reunião.

Edison Franklin – reconhecendo a relevância do assunto, pediu licença a todos para consignar que o TCU não deve participar dos debates desse tema, em respeito à necessária segregação de suas funções de controle.

Cláudio Abramo – com relação ao tema em discussão, solicita que seja apresentada proposta na linha exposta pelo Sr. Presidente. Acrescentou tratar-se de um tema complicado e não trivial, portanto precisa ser pensado e decidido racionalmente e que isso só se faz se houver uma ampla e serena discussão com as evidências à frente. Quanto a essa discussão, disse achar que não deve se dar neste Conselho. Que não é assunto deste Conselho. Frisou, ainda, que o tema é muito complicado e que para as pessoas opinarem precisam conhecer bem as informações existentes. No entanto, disse que gostaria de garantir que seja feito com ampla discussão, o que não acontecerá em uma reunião, mas em quatro ou cinco, para que os diferentes pontos de vista sejam expostos. Finalizou dizendo que, todavia, não lhe parece que é um assunto a ser tratado aqui.

Ministro Jorge Hage – ratificou sua posição quanto à aderência do tema às competências do Conselho.

Waldir Pires – alinhou-se com a posição do Presidente e comentou sobre a necessidade de ampliar o tema “financiamento das campanhas eleitorais” na pauta do Conselho. Observou que um aspecto fundamental é definir a limitação do financiamento privado, o qual provavelmente teria que ter a consequência do financiamento público; do contrário, não teria o exercício de livre escolha de representantes de governo no executivo, ou de parlamentar no legislativo. Mencionou a importância de que, ao apreciar o assunto, seja defendida uma posição em relação ao significado e limite da propaganda.

Ministro Jorge Hage – informou que esse assunto e o relativo à PEC dos recursos e do Financiamento de Campanhas serão incluídos na pauta da próxima reunião, que deverá ocorrer no final de agosto ou no início de setembro, quando deverá ser apresentado um relatório do GT sobre o

andamento das discussões sobre o projeto de nomeações. Acrescentou que outros temas poderão ser sugeridos pelos senhores Conselheiros via e-mail, a qualquer momento, mas com antecedência razoável para inclusão na pauta. Confirmou que, se todos estiverem de acordo, serão três os temas inicialmente propostos para a próxima reunião: 1) o relatório do GT sobre o andamento da discussão do projeto sobre as nomeações; 2) a questão do financiamento de campanhas; e, 3) PEC dos recursos. Não havendo manifestação divergente e nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão.